

Novos sismólogos: por uma geologia do Brasil pós-2013

Resenha do livro *A terra treme: Leituras do Brasil de 2013 a 2016* (orgs.: Bruno Cava e Márcio Pereira, Annablume, 2016)

José Antonio R. Magalhães

*Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).*

João Cabral de Melo Neto – A Educação pela Pedra

*Será a cova esse conforto eterno
Que rebatiza quem mata e quem nos salvará?*

Juliano Guerra – Terra Treme

Idelber Avelar (2017) termina um texto recente propondo um deslocamento no corte privilegiado que separa os “lados” no debate político brasileiro atual. Em lugar de determinar a cisão segundo a posição assumida diante do *impeachment* de Dilma Rousseff – que o autor considera como um ajuste de menor importância na configuração do poder instituído –, Avelar propõe que se a determine segundo a posição adotada por cada corrente interpretativa em relação aos acontecimentos de junho de 2013. “O que realmente separa as leituras políticas em duas posições principais”, segue o autor, é que “de um lado, há aqueles que gostariam de esquecer e enterrar junho e, de outro, aqueles que gostariam de fazer-lhe justiça” (Avelar, 2017, p.24). Essa segunda corrente, segundo Avelar, “insiste no caráter simultaneamente único e múltiplo, singular e polifônico do acontecimento, e vê nele o apelo pendente de um passado derrotado benjaminiano que não cessa de reaparecer buscando redenção”.

O livro *A Terra Treme: Leituras do Brasil de 2013 a 2016*, organizado por Bruno Cava e Márcio Pereira e publicado pela editora Annablume, não só se insere nessa segunda corrente, mas o faz de uma maneira forte e consistente o suficiente para ocupar, nela, um papel fundante. Ele não apenas procura recuperar as potências de junho de 2013, ou demonstrar ter-se tratado de um acontecimento no sentido forte da palavra (coisa que, como Bruno Cava bem aponta, já foi feita extensamente em outras quadras),

mas sobretudo descreve e mapeia o processo dinâmico no qual essas duas correntes – a que “quer enterrar” e a que “quer fazer justiça” (que chamarei, seguindo a deixa de Avelar, de “benjaminiana”, com o intuito consciente de ativar a tensão, a meu ver produtiva, entre esse tipo de leitura e o tipo “deleuziano” que se observa no texto de Bruno Cava) a junho de 2013 – se formaram e se afetaram mutuamente entre 2013 e 2016, culminando com a aparente hegemonia da posição “enterradora”. Não, contudo, para decretar a derrota definitiva do acontecimento – o que já significaria entregar o jogo aos coveiros –, mas para mostrar como o acontecimento “derrotado” ainda incide, mesmo a partir da sua condição subterrânea, sobre as formas atuais do poder. Daí, suponho, o título sismológico do livro: *a terra treme*.

Não se trata mais aqui, assim, de uma tentativa de expressão imanente, “a quente” ou engajada do acontecimento, do seu conteúdo ou sentido (o único tipo que talvez pudesse, a rigor, contar com a linguagem necessária para exprimir a novidade do acontecimento sem reduzi-la a uma língua já posta). Pode-se dizer que Bruno Cava (2013) já o tinha arriscado em *A Multidão Foi ao Deserto* – compilação de postagens de blog produzidas entre 11 e 30 de junho de 2013, e depois ao longo de julho, agosto, setembro e outubro daquele ano. Em *A Terra Treme* já não se trata tanto de junho em si quanto das reverberações que esse evento emanou nas texturas do contexto histórico e geográfico no qual incidiu – uma mudança de tarefas, pode-se dizer, paralela ao espaço de tempo percorrido entre 2013 e 2016/7. A tarefa diante da crise atual, nesse sentido, parece estar ligada a uma “análise de conjuntura”, com a condição de que esta seja pensada considerando não apenas as relações de poder consolidadas, estratificadas e, assim, conhecíveis e interpretáveis como tais, mas sobretudo as dinâmicas de força ainda indeterminadas, os movimentos subterrâneos, os fluxos a-sígnicos de informação. O texto de Bruno Cava (2016), “O 18 de Brumário Brasileiro”, parte central do livro, se apresenta interessante, sobretudo, desse ponto de vista *metodológico*: pela metodologia sismológica que extrai de Gilles Deleuze (lendo Marx lendo Hegel) a fim de sondar as vibrações mais sutis do terreno político pós-junino.

Essa metodologia da terra, embora coincida com a abordagem benjaminiana em sua desconfiança face à ribalta das representações (o que Guy Debord chamou de espetáculo), difere dela quanto ao repertório de metáforas de que lança mão – e a diferença aí parece decisiva. Enquanto em Benjamin a temática da força exterior às formas do conhecimento e da representação é produzida em imagens do messiânico, do “anjo da história” e da violência divina, configurando algo próximo de uma “teologia

negativa” em que o acontecimento excede a toda inteligência, o método “geológico” deleuziano parece implicar em que aquilo que não pode ser conhecido pode, ainda, ser detectado, ainda que apenas sutilmente. Tarefa positiva e terrestre, nesse sentido – até mesmo *pedestre*, dada a insistência deleuziana em que é preciso *percorrer* os terrenos para compreendê-los –, em oposição à “teologia negativa”. Consequente evitação de qualquer resquício de transcendentalismo (e aqui me abstenho de maiores juízos sobre onde se situaria o pensamento de Benjamin quanto a essa questão).

Para iluminar a relevância de *A Terra Treme*, começarei traçando o percurso pelo qual os acontecimentos de junho de 2013 terminaram soterrados na interpretação do “ovo da serpente”, proposta notadamente pelo “sociólogo” Jessé Souza (as aspas são para ênfase), bem como procurando demonstrar, no momento atual, a oportunidade de uma reabertura da sua discussão. Passarei, então, à discussão do método *sismológico*, *cartográfico* e *dramático* recuperado por Cava em sua análise, e, por fim, à discussão mais concreta desenvolvida, no livro, do período que se estendeu entre 2013 e 2016, que no texto de Cava se divide em três etapas: “pacificação”, “ajuste desajustado” e “farsa do impeachment”, e, para Salvador Schavelzon (2016), culmina com “A Chegada do Temer” entendida como “radicalização conservadora”.

1. “Ovo da serpente” é uma ova

Em 2015, Moysés Pinto Neto (2015, p.117) escreveu que estava “se tornando um clichê afirmar que o único consenso possível acerca das manifestações de 2013 é justamente seu caráter enigmático”. Houve, com efeito, um consenso considerável, de primeira hora, nesse sentido. A partir, porém, de 2014, e culminando em 2016 com o *impeachment*, a interpretação de 2013 como acontecimento múltiplo e misterioso foi tendo seu espaço gradualmente ocupado pela hipótese do “ovo da serpente”. Esse processo começou com a substituição, a partir das eleições de 2014, da multiplicidade presente nas ruas pelos dualismos da esfera representativa – já não se tratava da tentativa de capturar a diversidade dos manifestantes nos estigmas de “pacíficos” e “baderneiros”, mas em uma redução mutuamente forçada do todo do campo político a “coxinhas”, de um lado, e “petralhas”, de outro, restando a quem ainda estivesse mais preocupado com a política das ruas a pecha de ingênuo.

Cava (2016, p.34) mostra como, no período de pacificação que se estendeu entre junho de 2013 e as eleições presidenciais de 2014, não se tratou apenas de reprimir

desde logo todas as emanções afirmativas de junho, mas igualmente de fomentar, no espaço aberto pela repressão, todo um teatro de representações “caídas” – e “caídas” sobretudo no sentido informal daquilo que perdura já sem, contudo, gerar qualquer tipo de entusiasmo. O autor chama atenção para as redes de vigilância incrementadas às escondidas do público, bem como técnicas policiais “importadas de outros países, tais como o caldeirão de Hamburgo (ou *kettling*) e a ‘tropa do braço’, composta por agentes treinados em artes marciais” (Cava, 2016, p.28). Isso somado a “uma nova fase de monitoramento digital em que órgãos públicos de diferentes procedências rotinizaram o vasculhamento das redes sociais, grampos de perfis de coletivos e ativistas”, bem como “o desarme de eventos virtuais antes que pudessem ganhar volume”. O governo federal ainda pôs à disposição dos governos locais, aponta Cava, “as suas redes de logística e informação”, além de ter instalado “centros de monitoramento e contrainsurgência, tudo para que a agitação não pudesse perdurar em anos de Copa e Olimpíadas. Isso tudo não estaria completo, porém, sem a criação de “narrativas” a fim de dar conta do paradeiro daquilo que foi varrido para baixo do tapete. Repressão e representação, portanto, que acaba por levar, já a partir de 2015, à consolidação de uma “guerra de narrativas” sem qualquer pé na realidade.

Essa “guerra de narrativas” se estrutura, nesse momento, sobretudo em torno do par “coxinhas” vs. “petralhas”, de certo modo assumido e legitimado por ambos os lados, ainda que cada um, em regra, só nomeie explicitamente ao outro. “O ‘confronto’ entre coxinhas e petralhas foi o duplo farsante, [...] repetição cômica das jornadas de junho de 2013”, afirma Cava (2016, p.35), e esse “teatro de sombras” “sublimava a política numa guerra cultural”. A metáfora platônica aqui, dos habitantes da caverna que permanecem iludidos por sombras projetadas na parede, sem contudo ter acesso direto à realidade que julgam observar, não é incorreta, desde que não se pressuponha que por trás dessas sombras existem formas ideais perfeitas, mas sim uma multiplicidade viva sem forma definida de antemão, um conteúdo material em fluxo.

Semelhantemente ao que Deleuze e Guattari (2016) disseram sobre a sociedade francesa que, dos aparelhos de Estado aos movimentos sociais, foi incapaz de traduzir a força dos acontecimentos de maio de 1968 em mudanças duradouras nas estruturas vigentes – depois de 68, na França, “os poderes sempre viveram com a ideia de que ‘tudo iria se ajeitar’” (Deleuze e Guattari, 2016, p.249); não souberam propor nada, ao passo que “tudo o que era novo foi marginalizado ou caricaturizado” –, Cava (2016, p.34) ressalta que, após junho, os poderes institucionais e forças políticas convergiram

em “historicizar o evento, [...] de maneira a atribuir-lhe prolongamentos autorizados e agendas homologadas” – movimento que reuniu em uma só causa “quase a totalidade do espectro ideológico e partidário do Brasil, as autoridades, as opiniões públicas, os meios de comunicação, os produtores de discurso”. Esse movimento chegaria ao seu ápice, em 2016, com a disseminação da narrativa que passou a situar em junho o “ovo da serpente” do *impeachment*. Afinal, se para a esquerda institucionalizada é preciso desqualificar os acontecimentos de junho de 2013 a fim de manter o retorno ao passado como alternativa “progressista” privilegiada (desnecessário sublinhar o paradoxo dessa formulação), para a direita é ainda mais conveniente conectar a destituição de Dilma Rousseff ao poder destituente das ruas, dando-lhe assim a aparência de expressão da vontade popular, e não de uma articulação parlamentar feita pelo alto.

A principal formulação da hipótese do “ovo da serpente” é provavelmente a avançada por Jessé Souza. O autor se propõe a apresentar uma “radiografia do golpe”, expondo a conjunção de fatores e interesses que, segundo ele, teria levado à destituição de Rousseff. Souza (2016, p.87) vê “uma clara continuidade” entre as manifestações de junho de 2013 e o *impeachment*. Ele ressalta que elas “marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação dos governos petistas”. Para Souza, a grande questão a ser colocada sobre junho é “como protestos localizados com foco em políticas municipais”, como aqueles contra os aumentos de passagens de ônibus, puderam se “federalizar”, atingindo a popularidade de Dilma e lançando, assim, as condições para a sua queda em 2016.

A “estrutura fundamental do golpe”, segundo Souza, está em uma aliança entre a mídia tradicional e o “aparelho jurídico-policial do Estado” que se constitui no Brasil a partir de junho de 2013. Havia uma aliança já historicamente existente entre a mídia e a classe média conservadora, que se “consolida” (Souza, 2016, p.95), ao passo que a aliança entre mídia e judiciário se “descortina” a partir do apoio midiático à derrubada da PEC 37. Esse apoio teria se dado através da consagração, pela mídia, da oposição à PEC como uma das principais demandas das manifestações. O objetivo dessa tríplice aliança, segundo Souza (2016, p.95), era “deslegitimar o governo eleito”, e a sua principal frente de ataque estava na operação Lava Jato. Seu mecanismo discursivo fundamental estava no discurso contra a corrupção como elemento de “despolitização” do debate. Souza esclarece que não se trata, nesse contexto, de qualquer discurso contra a corrupção, mas daquele que “fulaniza” a corrupção, “nunca percebida como um sistema que contamina todos os agentes” (Souza, 2016, p. 106), mas sim como falha de

caráter de indivíduos específicos. Ele aponta, não sem razão, que “a personalização da corrupção serve apenas à sua continuidade, já que o arranjo institucional que a torna possível não é tocado” (Souza, 2016, p.111). “Uma efetiva vontade de superar a corrupção”, continua, “teria exigido um debate acerca de quais arranjos institucionais são necessários para isso”. “As sociedades que lograram melhor mitigar e controlar minimamente a corrupção”, argumenta Souza, “o fizeram por mudanças institucionais, como o financiamento público das eleições”.

Nesse sentido, é interessante a distinção estabelecida por Cava (2016, p.27) entre uma “antipolítica criadora” e uma “antipolítica ingênua, fundada em verdades morais do justicialismo e do saneamento do estado”. A substituição da primeira forma de “antipolítica” pela segunda, argumenta Cava, teria se dado a partir de junho de 2013 como estratégia institucional voltada a normalizar o movimento “por dentro”, tendo sua expressão, pela direita, em atores como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o coletivo “Vem pra rua” e, pela esquerda, em entidades como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que, depois de junho, teria sido redimensionado deliberadamente a fim de cumprir esse papel.

A classe média que teria protagonizado junho de 2013, por sua vez, segundo Souza (2016, p.102), se caracterizaria sobretudo pelo “ódio aos pobres” e pelo rancor face à sua ascensão social. Ela teria formado “uma base social altamente motivada e engajada” (Souza, 2016, p.106) (ainda que não muito bem organizada) para o “golpe”. Em contraposição a Lula, herói da esquerda na luta contra a desigualdade, a direita representada pela classe média conservadora teria no juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato, o “campeão da luta pela moralidade” (Souza, 2016, p.126). Para Souza, então, as manifestações de junho de 2013 seriam redutíveis a uma classe média conservadora que, ressentida diante da perda de seus privilégios e manipulada pela mídia, teria vindo às ruas para depor um governo de esquerda que prejudicava seus interesses. Em sentido semelhante, a filósofa Marilena Chaui escreve que, na cidade de São Paulo, as manifestações de junho de 2013 foram “majoritariamente de classe média” por conta do fato dessa classe, “ao ter sido menos favorecida do que a classe trabalhadora pelos programas sociais do governo Lula, se [sentir] descontente, uma vez que deseja manter padrões tradicionais de vida e de consumo” (Chaui, 2016, p.21).

A fim de lançar luz sobre a fragilidade dessa narrativa, demonstrando assim a pertinência e urgência da reabertura do debate sobre junho de 2013 avançada em *A Terra Treme*, parece-me interessante levantar fatos que desestabilizam os preconceitos

hoje difundidos sobre *quem*, efetivamente, foi às ruas em junho de 2013. Afinal, como se verá no método de *dramatização* proposto por Deleuze (1993), e adotado por Cava e discutido mais adiante, a avaliação da pertinência de uma conceituação em relação ao acontecimento de que ela pretende dar conta deve ser feita não a partir da questão “o que é”, mas sim de questões como “quem”, “em que circunstâncias”, etc.

Em seu artigo “Classes e ideologias cruzadas”, André Singer (2013) – que não pode ser considerado nenhum “antipetista” – confronta o que segundo ele são as duas principais correntes de interpretação concernindo à predicação social dos manifestantes de junho de 2013. De um lado, haveria aqueles que afirmavam – como Chauí, Souza e Leonardo Avritzer (2016), entre outros – tratar-se de uma classe média tradicional, de minoria de esquerda (representada sobretudo por professores e estudantes universitários politicamente engajados) mas majoritariamente conservadora. De outro, a interpretação, representada, por exemplo, por Ruy Fausto (2016), segundo a qual se tratava do novo precariado, ou novo proletariado, fruto da era petista (Chauí também defende que a classe que ascendeu na era Lula não configura uma nova classe média, e sim um novo proletariado – a diferença é que, para a filósofa, essa não foi a demografia que foi às ruas). A partir de dados estatísticos, Singer (2013) acaba por concluir que nenhuma das duas interpretações dá conta da realidade. Os manifestantes, segundo esses números, seriam majoritariamente pessoas com acesso ao ensino superior, porém pertencentes a uma faixa de renda inferior à média para esse recorte social. Isso posto, poder-se-ia supor tratar-se não da classe média tradicional – que sempre teve acesso à universidade –, mas justamente daqueles que, tendo recém ascendido socialmente, agora galgavam acesso ao nível superior de ensino e ao consumo, mas encontravam-se, ainda assim, frustrados em suas novas expectativas sociais e políticas. Aumento, assim, no horizonte de expectativas, porém copulado com a chegada a uma espécie de teto, que não permite a sua realização efetiva.

Também no sentido de desestabilizar os quadros interpretativos correntes, mas a partir da observação de manifestações mais recentes – em prol e contra o impedimento de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016 –, Pablo Ortellado, Esther Solano e Márcio Moretto (2016, p.159) mostram que a polarização “coxinhas” vs. “petralhas” “na prática não corresponde exatamente à situação real na qual se encontra a sociedade brasileira, que é muito mais complexa e não responde a simplificações”. Os autores demonstram que os manifestantes que pediram a saída de Rousseff, ainda que pudessem, de algum modo, ser qualificados como “antipetistas”, tinham “uma desconfiança muito alta com

relação a outros partidos e figuras políticas, incluindo aqueles nos quais votaram”. Por exemplo, apenas 1,4% afirmaram “confiar muito no PMDB” (Ortellado; Solano; Moretto, 2016, p.160). Já nas manifestações anti-*impeachment*, os autores observam uma caracterização socioeconômica “muito parecida com a dos adversários políticos” desse movimento, ao passo que setores jovens e de periferia estão subrepresentados em ambos os tipos de manifestação – tanto nas “coxinhas” a favor do *impeachment* quanto nas “petralhas” contra ele.

Em contraste com esses dois grupos, que acabam se mostrando mais próximos do que se poderia imaginar, Ortellado, Solano e Moretto (2016, p.161) acompanharam também mobilizações ligadas a pautas específicas de ampliação de direitos, como a Marcha da Maconha e os protestos dos secundaristas. Esses dois movimentos, segundo os autores, “mostram um perfil semelhante entre si e muito diferente daquelas que apoiavam ou eram contrárias ao *impeachment*”. Eles têm em comum com os pró-*impeachment* a desconfiança face a todos os partidos, incluído o PT, que é considerado corrupto, enquanto, de outro lado, compartilham, com os manifestantes contrários ao *impeachment*, a desconfiança face aos meios de comunicação, bem como o fato de que “consideram importantes os ganhos sociais da era Lula-Dilma”. Ademais, os autores ressaltam que esses setores “defendem com clareza a independência dos movimentos sociais com relação aos partidos políticos”. Trata-se, claramente, de uma outra maneira de fazer o corte – em vez de uma separação entre, de um lado, “coxinhas” e, de outro, “petralhas”, a pesquisa de Ortellado (e os demais) retrata todos esses personagens de um mesmo lado, contrapondo-os a um outro campo que, do ponto de vista da polarização “coxinhas”/“petralhas”, permanecia “invisibilizado”, às vezes ignorado como se não existisse ou como se tivesse peso insignificante, outras vezes subsumido a uma das duas categorias – geralmente a categoria oposta de quem classificasse.

Uma hipótese que, talvez, ajude a explicar a distorção que acabou relacionando junho de 2013 a uma insurgência “coxinha”, é um aparente privilégio “metodológico” (embora não se trate, presumivelmente, de uma decisão pensada) concedido ao caso de São Paulo sobre os das demais capitais brasileiras (para nem sequer falar do interior) que viram algum tipo de movimentação relacionada a junho de 2013. Houve, de fato, como insiste Cava, um número de antecedentes em cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte, bem como no próprio Rio de Janeiro (o exemplo da Aldeia Maracanã é um desses), sem os quais os acontecimentos de junho de 2013 talvez não possam ser bem compreendidos. Pode-se observar, também, desdobramentos diferentes, tanto durante o

período mais intenso de junho quanto no que se seguiu a ele, no final de 2013, ao longo de 2014 e assim por diante, em várias cidades brasileiras. Cava (2016, p.35) ressalta como, no Rio de Janeiro, não só houve uma dura repressão aos manifestantes que, ao longo de 2014, ainda foram às ruas para protestar contra a Copa do Mundo, como as manifestações se estenderam, desde junho, na forma de um longo arco, passando pelo movimento “Cadê o Amarildo” no fim de 2013 e desembocando no levante dos garis, que “abandonaram a mesa de negociações para realizar uma greve de novo tipo, com mobilização por celulares e redes sociais”, logrando uma paralização de grande repercussão em pleno feriado de Carnaval, quando o Rio de Janeiro estava cheio de turistas estrangeiros ávidos por consumir.

Cava (2016, p.26) sublinha que as manifestações cariocas foram maiores que as vistas em qualquer outra cidade brasileira, e suas ações “mais diversificadas, intensas e persistentes”. Durante as grandes manifestações de 20 de junho de 2013, por exemplo, lembradas com desgosto pela esquerda paulistana que acreditou ter visto os “coxinhas” tomarem conta das ruas, os manifestantes cariocas “pararam a principal artéria da cidade, subiram faixas e cartazes, gritaram ‘fora Cabral’ e ‘não vai ter copa’, levantaram barricadas na avenida, queimaram ônibus, viraram carros, saquearam lojas, reduziram agências bancárias a pó” (Cava, 2016, p.39), além de ter profanado “o símbolo máximo do poder punitivo”, ressalta Cava: o “Caveirão” do BOPE. Para além disso, o autor enfatiza que “novíssimos movimentos de afirmação minoritária” (Cava, 2016, p.26) se desenvolveram, no Rio, a partir de junho, a exemplo da campanha “Cadê o Amarildo?”, “prefigurativa do movimento *Black Lives Matter* e dos protestos em Ferguson, nos Estados Unidos” e da ocupação da Aldeia Maracanã, que uniu “na diversidade um conjunto de coletivos indigenistas e anarquistas”. Embora tenha sido possível, com efeito, observar o avanço de uma certa direita verde-e-amarela nas ruas naquele momento, a diversidade de elementos aqui levantada deixa claro não se tratar de uma mera “insurgência coxinha”.

Não se trata aqui, porém, de derrubar uma teoria sobre o “quem” de junho de 2013 para substituí-la por outra – “não foram os burgueses, mas sim a nova classe trabalhadora”; “não se trata de coxinhas e petralhas, e sim de autonomistas”. O que interessa – como em *A Terra Treme* – é antes abrir caminho, a partir da recuperação de elementos da experiência que foram obliterados pelas representações (movimento muito benjaminiano, é claro), para uma outra produção de possibilidades. As maneiras dessa recuperação, porém, se colocam como grande problema – problema metodológico –, na

medida em que se trata de saber sobre aquilo que excede a esfera do saber, já que se desenrola no nível do puro jogo de forças que, como “*a priori* histórico” de todo saber é, ele mesmo, heterogêneo ao saber.

2. Sismologia

A crise atual se apresenta, pelo já exposto, em uma composição invertida da relação entre vivos e mortos – verdadeiro cenário de filme de zumbi. Como colocou, em um debate recente sobre o filme “O que Resta de Junho”, Adriano Pilatti, junho é ainda um corpo muito vivo, difícil de declarar como morto e difícil de enterrar. De modo que se tem de um lado (ou sob a terra) a vida enterrada, sepultada e devidamente nomeada em sua lápide e, de outro (ou sobre a superfície), os mortos caminantes, já separados em definitivamente das próprias forças vitais mas que, ainda assim, permanecem em movimento inerte (não se trata de um pleonasma, já que a inércia não é a ausência de movimento, mas a ausência de alteração no movimento). Efeito misterioso e macabro que possibilita essa dissociação entre forma de representação e conteúdo vital, difícil de explicar com ferramentas que não escavem além da superfície. *A Terra Treme* vem para dar conta, na medida do possível, de como esse cenário se instaura e se mantém ao longo do tempo, e para tanto, em seu artigo, Bruno Cava (2016, p.19) lança mão do “método da dramatização” deleuziano que, precisamente, ajuda a evitar que nos percamos “nas armadilhas de uma realidade paródica, numa repetição baixa que, uma vez institucionalizada como teatro político, só permitirá a atuação de personagens inaptos, paródicos, farsescos”.

Dois perigos diametralmente opostos parecem se colocar em relação à tarefa em questão. De um lado, o perigo recém mencionado, isto é, o de tomar-se o espetáculo da representação pela totalidade do mundo, que pode ser chamado “conjunturista” se entendermos por “conjuntura” um conjunto de elementos visíveis e enunciáveis, aptos a serem organizados em uma linha de tempo, etc. Daí a desconfiança manifestada por Cava diante de um certo tipo de “análise de conjuntura” e com a forma correspondente de colocar a questão leninista “o que fazer”. Em oposição a esse perigo, porém, há um outro que poderia ser chamado de “messianismo junhista” e associado, na linha do que foi discutido mais acima, a um modo de pensar “benjaminiano” ou leitura possível (mas não a única possível) de Benjamin. Trata-se de uma abordagem que *mistifica* junho de 2013 como acontecimento de tal modo irrepresentável que, no espaço da sua irrupção

puramente destituente, nenhuma construção é pensável, e qualquer tipo de organização é visto, desde logo, como uma concessão ao fetichismo das formas. Enquanto o perigo “conjunturista” relaciona-se a uma primazia injustificada da forma sobre a força (como a primazia do saber sobre o poder que Deleuze identifica como impasse nos primeiros textos de Michel Foucault), o perigo “messiânico” parece privilegiar excessivamente a força enquanto elemento anárquico e disforme, desprezando assim a questão de como força e forma entram em relação.

Esse segundo perigo parece relacionar-se a um aparente ponto de insuficiência das abordagens que organizam o problema da relação entre acontecimento político e instituições a partir do par conceitual direito/violência. Limite que parece estar ligado à mistificação da dimensão da força pensada em oposição à forma. O problema pode ser relacionado ao fato de o conceito de violência diferir do de força, conforme aponta Deleuze (1988), por dizer respeito sempre à afetação de uma forma. Para que uma força faça violência, ela deve ou formar ou alterar uma forma prévia, operar uma imposição de forma ou um dano à forma (uma deformação). Já a força, embora tenha em comum com a violência que só possa ser pensada em uma relação (nunca como um ser em si mesma), é em primeiro lugar uma relação entre forças, entre singularidades. Ela não pressupõe a forma, embora possa vir a engendrar formas. Por isso, do ponto de vista de uma tematização da violência – que implica uma adoção do ponto de vista da forma, das relações e determinações formais –, a dimensão da força acaba mistificada, como se não pudesse ser pensada senão do ponto de vista das formas. Essa mistificação pode ser observada, por exemplo, na adoção por Derrida (2005) da expressão “o fundamento ‘místico’ da autoridade”, bem como na tematização wittgensteiniana, a que Derrida faz referência, daquilo sobre o que não pode ser expresso na linguagem como “o místico” (sobre aquilo de que não se pode falar com sentido, segundo a lógica da linguagem em geral ou a de um determinado jogo de linguagem, deve-se permanecer em silêncio), ou ainda na discussão benjaminiana da violência divina como oposta à linguagem pensada como representação (fetichismo, idolatria).

A necessidade de desmistificar a força se deve à constatação de que, ao se assumir que a força, ao contrário da forma, não tem qualquer inteligibilidade, corre-se o risco de incidir em uma indeterminabilidade absoluta de todo acontecimento, de um descontrole radical dos processos de mudança. A expressão concreta desse problema relacionado ao risco imanente a toda ação política, vem nas próprias manifestações de junho, que, na ausência de um grau mínimo de organização interna, acabaram como

uma energia despendida no vácuo, sem produzir efeitos políticos duradouros, e ainda abrindo espaço para todo tipo de captura conservadora. Que se possa pensar algum tipo de inteligibilidade (esperteza, manejabilidade) da força, anterior à sua cristalização em formas (e sobretudo no *processo* dessa cristalização) parece preciso para que esse tipo de acontecimento irruptivo possa ter consequências politicamente eficientes no plano institucional, para que não precise ser pensado como uma fatalidade crua, incidência de força transcendente em relação à qual nenhuma agência estrategicamente inteligente é pensável. O método do sismólogo (forma como estou me referindo, em sentido amplo, à abordagem *dramática/cartográfica* do artigo de Bruno Cava) coloca-se o desafio de dar conta não simplesmente das formas ou das forças, ou mesmo da soma ou acúmulo de ambas, mas sobretudo das *dinâmicas*, dos *processos* ou dos *limiars* em que esses dois elementos heterogêneos negociam sua relação, se articulam, e em que se faz a transição estratégica entre ambos.

O método dramático, exposto por Deleuze em *Nietzsche e a filosofia* e em *Diferença e Repetição*, se aproxima, como Cava (2016) aponta em vários momentos, do método cartográfico adotado por Deleuze a partir do seu encontro com Félix Guattari e desenvolvido por este, também, em seus trabalhos individuais e naqueles em parceria com Suely Rolnik. Ambos os métodos, embora recorram a imagens bem diferentes, têm em comum o propósito de traçar relações contingentes, não necessariamente estáveis ou formalizadas, entre os elementos dispostos em uma cena ou campo, e de fazê-lo de uma maneira que não se reduza a conhecer a disposição das formas, mas que dê conta das dinâmicas de força pré-formais, cujas relações não têm regra, mas que funcionam como condição para toda instituição ou manutenção de relações formais – bem como para o seu rompimento.

Trata-se, segundo Cava (2016, p.18), de “dispor os acontecimentos num plano em que eles diferem não só pela distância relativa uns dos outros, como também [...] quanto à qualidade das forças, quanto ao seu posicionamento intensivo em termos do processo de repetição histórica”. No método dramático, isso se dá na sondagem das repetições do acontecimento no modo da tragédia ou no da farsa, conforme a tipologia que Deleuze extrai do *18 de Brumário* de Karl Marx. Enquanto na repetição trágica a representação ainda se mostra, em menor ou maior medida, inflamada pelas forças do acontecimento, dando expressão às suas emanações subterrâneas, na repetição trágica a expressão parece dissociar-se de qualquer conteúdo, apresentando-se como uma pura forma vazia, sem vida e, por isso, ridícula. No caso da farsa, os atores contemporâneos

(aqui a palavra tem o sentido oposto do que Agamben lhe empresta) “não conseguem se libertar das tradições que os comprimem, e se limitam a representar papéis antigos que lhes pesam a ponto de acorrentá-los ao solo do passado”, de modo que “as forças [são] reduzidas às formas” (Cava, 2016, p.15). Ao contrário, no caso da tragédia, “a ação é virtuosamente criativa, e os elementos do passado [...] despressurizam-se em relação às tradições e suas formas”. A força do acontecimento, assim, em processo “conflituoso e violento”, logra escapar à repetição das formas para transformar seu regime, deslocando relações formais e criando brechas para novas configurações.

A dramatização, assim, não deixa de ser ela mesma uma cartografia, já que o seu “resultado mais rigoroso”, explica Cava (2016, p.18), “é um mapa organizado pelos elementos diferenciais entre forças, suas diferenças de intensidades, a relação entre as suas variações”. Seu desenho “lembra os mapas pictóricos do Renascimento, repletos de charadas, trechos enigmáticos e figuras barrocas que somente o percurso da viagem seria capaz de decifrar”. Não, portanto, um mapa como costumamos pensá-lo, enquanto produto de cálculos matemáticos exatos, que pretende dar conta de forma objetiva e definitiva de um certo terreno e daquilo que podemos saber sobre ele. Trata-se, muito pelo contrário, de uma espécie de organização semi-formal dos processos pelos quais um território instável e desconhecido pode ser percorrido. Trata-se antes de articular maneiras de percorrer um território (método pedestre) sem o intuito de necessariamente constituir saberes a seu respeito, mas antes para criar oportunidades em que encontros e acontecimentos possam acontecer – algo muito próximo das *derivas* postas em prática pelos integrantes do movimento situacionista de Debord a fim de gerar *situações* (das quais deriva seu nome), e sobretudo da *psicogeografia* como ciência ou método dessas *derivas*: toda uma posta em questão do urbanismo por um grupo que queria, acima de tudo, que *alguma coisa acontecesse* não tendo nada a ver com o espetáculo como esfera das representações (sem ação).

Uma cartografia, assim, não funciona como uma máquina de conhecer (sempre que se trata de função, se trata de máquina), mas como máquina de percorrer, de várias formas, um campo, de posicionar-se nele estrategicamente e de *agir*, de incidir nesse campo de maneira a alterar as relações de força e de forma que se configuram nele. Daí a importância desse método como maneira de escapar às abordagens que congelam o acontecimento na forma de uma “interpretação”, de um dado conjunto de referências determinadas, como é o caso do dualismo “coxinhas”/“petralhas” e da linha histórico-causal que fala do “ovo da serpente”. A repetição da palavra “maneira” neste parágrafo

é expressiva do método que está em questão porque ela apresenta-se como maneira de escapar a duas palavras – mais comuns em textos técnico-filosóficos – que, pelo menos em tese, seriam sinônimos seus: “forma” (que é, porém, demasiado formal para o que se quer dizer aqui) e “modo” (demasiado modal). O método do sismólogo, dedicado à apreciação dos movimentos subterrâneos sutis, e que agora poderemos chamar de uma *maneira* de abordar a questão, se coloca aqui como a chave para uma prática, tanto de interpretação quanto de ação, que não recaia nos principais impasses políticos que têm sido reiterados, até o agora, na posteridade de junho.

3. De 2013 a 2016 e além

Embora eu tenha priorizado, neste texto, o aspecto metodológico, até mesmo “epistemológico” de *A Terra Treme*, e conseqüentemente a contribuição de Bruno Cava para o volume, trata-se, acima de tudo, de um livro sobre política. E não sobre a teoria política pensada em abstrato, mas sobre a situação e os processos políticos de um país situado histórica e geograficamente. Nesse sentido, o livro se insere mais na tradição dos “interpretes do Brasil” (cujo aspecto metodológico parece, inclusive, interessante justamente pelo seu alto grau de criatividade e de imbricação entre abordagem e objeto) como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr., que em um debate filosófico estritamente dito. Minha opção pela ênfase ao método foi consciente, e creio tê-la explicado o bastante em função do seu papel decisivo no cenário em que o livro se insere. A partir daqui, porém, procurarei retornar mais um pouco sobre aquilo que é afinal o propósito do livro: o traçado dos movimentos tectônicos que deslocaram o solo pátrio a partir de junho de 2013, passando por 2016, e cujos tremores se fazem sentir, variando em escala, até hoje.

Os três textos que compõem o volume, embora muito próximos na temática e nas conclusões, diferem um tanto na forma. O artigo de Cava, como visto, tem aspectos filosóficos e metodológicos que lhe são determinantes. Ele é extremamente organizado quanto a isso. A primeira seção, “Comédia, tragédia e drama na repetição histórica”, faz a genealogia do método dramático, recuperando a discussão do *18 de Brumário* de Marx (e ao mesmo tempo traçando, desde já, paralelos tão claros entre os acontecimentos discutidos nesse livro e os de junho de 2013 que torna-se desnecessário apontá-los de forma explícita), em sua relação com Hegel, polêmica com Proudhon e finalmente em sua apropriação por Deleuze em *Diferença e Repetição*. A segunda,

“Uma dramatização a partir das jornadas de junho de 2013”, traz a discussão metodológica ao contexto das manifestações de junho de 2013. A essas duas seções “metodológicas”, seguem-se três em que o método é posta em prática, em uma dramatização/cartografia do espaço de tempo entre junho de 2013 e agosto de 2016.

Os dois textos subsequentes não têm essa pretensão “epistemológica” mais explícita, embora ainda apresentem características que poderiam ser remetidas a ela, de uma maneira que empresta, inclusive, coerência ao volume. O texto “Quando a trama da terra treme”, escrito coletivamente pela Universidade Nômade, toma uma forma como que autobiográfica, ainda que se trate da trajetória não de uma pessoa, mas sim de um coletivo político/cultural. Nele, o coletivo descreve sua trajetória, desde a sua formação em 2001, sobretudo a partir das mutações na sua relação com o projeto petista, que procura-se resumir na expressão “dentro e contra” (Universidade Nômade, 2016, p.76). Para explicar essas relações, o coletivo fala de uma “linha de multidão” e uma “de hegemonia”, e procura cartografar as maneiras como essas linhas foram percorridas, com maior ênfase em uma ou em outra, em diferentes momentos. O texto assume, ao lado desse aspecto genealógico, um aspecto também de manifesto político, culminando na proposta de um debate efetivo “sobre a renda universal incondicionada e o *Comum* como gestão e acesso radicalmente democráticos aos serviços e às instituições”. Essa nova investida política, para os “nômades”, seria impulsionada e animada “por um novo ciclo constituinte de lutas”, de certa forma herdeiro de junho de 2013, que tem “nas ocupas das escolas e na mobilização nacional indígena suas referências fundamentais de potência e autonomia” (Universidade Nômade, 2016, p.83).

Já o artigo de Salvador Schavelzon, embora se afine com os demais textos na sua análise do cenário político, adota um tom que poderia ser considerado, me parece, mais jornalístico. Seu diagnóstico é, como o título (“A chegada do temer: radicalização conservadora e fim de ciclo”) indica, o do fim de um ciclo histórico, significando o fim do processo petista/lulista/neodesenvolvimentista, bem como, de modo mais amplo, do processo democrático pautado em 1988 (“O país de 88 que se vai”). Diante desse fim de ciclo, em que fica clara a impotência do PT para sequer instituir-se como gestor do ajuste “neoliberal” em curso, e em que se fortalecem, por isso mesmo, novas e velhas linhas de fechamento conservador, a tese de Schavelzon (2016, p.87) é de que “deverão surgir novas formas de resistência e um novo caminho pelo qual os grandes problemas do país possam ser efetivamente enfrentados”.

A segunda parte do artigo de Bruno Cava, dedicada a recapitular, por meio do método desenvolvido na primeira parte, “os traços gerais e as fases percorridas que se irradiaram da avalanche de 2013, como raios que afluem pelos relevos a partir de uma corrente a montante” (Cava, 2016, p.26), divide esse período em três fases. A primeira é a da pacificação (outubro de 2013 a outubro de 2014), a segunda é a que o autor chama de “ajuste desajustado” (outubro de 2014 a dezembro de 2015), e a terceira é a “farsa do impeachment” (dezembro de 2015 a agosto de 2016). O primeiro desses períodos, cuja característica foi o ímpeto coordenado de “terminar com junho”, pode ser entendido como tendo dois aspectos paralelos, já mencionados mais acima. De um lado, tratou-se de reprimir, violentamente e com o uso de todos os dispositivos policiais necessários para tanto, as ondas de protestos, manifestações e insurgências, com maior ou menor grau de organização, que emanavam de junho. Ao mesmo tempo, porém, foi necessário um aspecto representacional, voltado a “reinscrever os efeitos irradiados pelo evento na narrativa da ordem, achando para ele um lugar adequado dentro da configuração das vontades políticas existentes, apenas para negá-lo enquanto força desordenadora (Cava, 2016, p.27). Por um lado, a estigmatização de toda violência insurgente como ilegítima enquanto tal, com a decorrente legitimação da sua repressão violenta. Por outro, uma representação que se apresenta como não-violenta, mas cuja violência interpretativa é de certo modo mais insidiosa do que a pura força física. Ao final desse processo, já estava claro que “a onda junhista, aquela sensação de que tudo era possível e que estávamos vencendo, havia quebrado e se retraía violentamente por toda a praia.

A repressão definitiva, nesse sentido, veio, segundo Cava, em 2014, “com a montagem de um inquérito-mãe no Rio de Janeiro, de caráter permanente e sigiloso”, contendo o cadastro de milhares de militantes, advogados populares, intelectuais (de diferentes épocas, dada a cômica inclusão do filósofo Bakunin, mencionado por algum manifestante em uma das conversas grampeadas), jornalistas e midiativistas. A essa altura, a “guerra de narrativas” já havia se beneficiado, como ressalta Cava (2016, p.32), do “ambiente superconectado das redes sociais” para reduzir o jogo político à “disputa essencialmente simbólica” que culminou na narrativa do “ovo da serpente”, discutida em algum detalhe mais acima. No seio desse debate, Cava não poupa críticas a atores diversos como o MPL (excessivamente confiante no próprio protagonismo), os adeptos da tática *black bloc* (voluntaristas sem visão estratégica) e o MTST (uma espécie de braço mais moderno do aparelhamento da esquerda institucional). Ao mesmo tempo, dá

especial ênfase aos movimentos que dão continuidade o legado de junho em processos produtivos, com destaque especial ao movimento dos garis.

Na seção “O período do ajuste desajustado”, Cava procura dar conta da forma como o governo Dilma procurou estabilizar a situação pondo em prática a política de austeridade que, de um lado, tinha sido derrotada nas urnas como programa de Aécio Neves e, de outro, viria a ser proposta finalmente pelo governo Temer, conciliando essa estratégia com uma paradoxal narrativa do conflito entre esquerda e direita. Aqui se observa o agravamento da desconexão entre o teatro político (o papel representado por cada um no âmbito puramente discursivo) e o jogo de forças efetivo, a disposição dos corpos e dos afetos no campo político. A ruína dessa tentativa de ajuste pode, assim, ser atribuída a uma excessiva confiança no discurso, como se este pudesse sobredeterminar sempre e a cada vez a experiência real, e como se essa nada pudesse em relação aos discursos que a representam. Contrariamente à expectativa oficial, o observado foi que as forças ainda disformes da insatisfação social trataram de encontrar caminhos para expressar-se na arena política, ainda que isso tenha significado um recurso a formas rebaixadas como é o caso do Movimento Brasil Livre e movimentos semelhantes da “nova direita”, que conseguiram, apesar do seu discurso pobre, angariar as energias insurgentes pelo simples fato de serem, como ressalta Cava, mais generosos e menos preconceituosos em relação a elas.

Nessa seção, Cava se dedica a uma longa análise político-econômica do projeto desenvolvimentista do “Brasil maior”, caracterizado por suas raízes na “literatura de formação nacional” de Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro e Celso Furtado e pensado, na sua versão mais recente, por intelectuais como André Singer. Sua crítica, a partir do marco da dramatização, é à forma como o desenvolvimentismo parece pressupor, na essência do seu funcionamento, uma organização linear do tempo e uma determinação do futuro que impossibilita a ele dar conta de um acontecimento de ruptura como foi o caso de junho de 2013. Esse projeto seria, assim, incapaz incorporar novas forças na medida em que, na sua concepção da produção política e econômica, a força inovadora ou histórica não é algo que incida a partir de fora do sistema e transbordando os seus planos, mas algo que se produz no interior do próprio sistema, segundo um plano bem estruturado. Concepção, em suma, que reduz o todo da política e da economia às suas dimensões estratificadas, anulando as potências criativas da vida política. Uma espécie de tecnocracia de esquerda para a qual governar não é menos uma questão de gestão – acarretando portanto um cancelamento da política – que para o neoliberalismo. Mais

uma vez, o fracasso político é posto em termos da desconexão radical entre as formas instituídas e as forças do seu exterior, o que se expressa na discussão feita por Cava (2016, p.50) sobre a “batalha do spread” encampada por Rousseff em 2012. Conforme coloca o autor, a disputa monetária travada pelo governo naquele momento não estava respaldada “por forças políticas ou mobilizações sociais que pudessem exercer a pressão necessária para cristalizar essa medida”. Pressupunha-se uma “autonomia da vontade política” – voluntarismo –, ignorando a dinâmica necessária entre as decisões tomadas na política institucional e o contexto material em que se inserem. Um dos impasses que Cava (2016, p.54) atribui ao neodesenvolvimentismo, com efeito, é que ele “não vinha acompanhado de uma mobilização social capilarizada que lhe propiciasse contínua e reajustadora vitalidade democrática”.

A partir daí, torna-se possível para Cava interpretar a insurgência de junho de 2013, entre outras coisas, como gesto “duplamente profanatório”, na medida em que “não questionou apenas o progressismo realmente existente, como o próprio progresso do progressismo”, isto é, a sua pretensão de organização formal do tempo. Fracasso do formalismo excessivo do pensamento da “esquerda” institucional, que se expressa, de forma análoga, no fracasso das marchas mobilizadas pela “estrutura petista” a fim de contrapor-se ao crescimento das marchas verde-amarelas. De certo modo, o que se pode dizer sobre isso é que nunca basta, na política multitudinária das ruas, “mobilizar as estruturas”, quaisquer que sejam, pois as estruturas são sempre algo que já existe como tal atualmente, que já se conhece, que não impressiona a ninguém. O aprendizado, no caso, talvez seja o da necessidade de mobilizar-se não apenas estruturas, mas também forças desestruturadas ou só parcialmente estruturadas que circulam da sua vizinhança sem, contudo, estarem formalmente conectadas a elas. Foi o caso da relação entre os núcleos iniciais das manifestações de 2013, a exemplo do MPL, e as multidões menos organizadas que, em um dado momento, possibilitaram a eles obter a vitória quanto ao aumento das passagens de ônibus. Faz-se preciso pensar uma organização que não se feche em si mesma, mas que tenha franjas capazes de captar e mobilizar fluxos que excedam à mera “estrutura”.

Finalmente, na seção dedicada à “farsa do impeachment”, Cava avança, entre outras coisas, uma leitura, certamente polêmica no debate “de esquerda”, da operação Lava Jato: “não foi expressão de junho de 2013, mas seguiu-lhe o terreno aberto”, e mais: “continuou as jornadas de junho por outros meios” (Cava, 2016, p.60). Com a seguinte ressalva: ela o fez “pelos métodos antidemocráticos típicos do Partido da

Ordem – e nunca pelos meios de junho, da radicalização democrática”. É como se as forças soterradas de junho de 2013 não tivessem encontrado outra forma de expressar-se senão pela legitimação silenciosa de uma empreitada judicial-moralista que, em outro contexto, provavelmente não teria ido longe. Em todo caso, de modo algum se trata de uma decorrência que já estava contida ou pressuposta em 2013 (hipótese do “ovo da serpente”) mas, ao contrário, uma decorrência da incapacidade das instituições políticas tradicionais de dar outra expressão à pressão das ruas. “Não foi junho de 2013”, escreve Cava (2016, p.64), “que eliminou as possibilidades de resistência ao golpe”, mas sim “a sua pacificação que sentou as condições para tal”.

A farsa do *impeachment* ou do golpe é, assim, um teatro “caído” que não se pode, por conta da sua desconexão das forças vitais que o animariam, levar a sério. A incapacidade da “esquerda” de criticar o próprio papel nessa farsa, e sua posição cada vez mais isolada das “forças subjetivas, sempre e sempre mistificadas como maiorias silenciosas”, levou-a, segundo Cava (2016, p.65), a “recitar o catecismo do golpe de Estado” que, embora gozasse de “alguma penetração no meio universitário e cultural”, se configurava rapidamente em uma pregação para convertidos. O *impeachment* “só foi golpe no sentido teatral do termo, um final perfeitamente adequado à farsa geral do teatro político pós-2013”.

4. A tarefa do sismólogo

Finalmente, se a farsa caracteriza-se pela sua desconexão em relação às forças subterrâneas, a tarefa atual, tarefa remanescente ao sismólogo, relaciona-se ao registro das vibrações sutis emanadas desses deslocamentos, que, como ressalta Cava (2016, p.25), passaram intocados pelos “sismógrafos descalibrados” dos ideólogos oficiais (poder-se-ia dizer que um ideólogo é o absoluto oposto de um sismólogo). No seu pequeno texto sobre maio de 1968, Deleuze e Guattari (2016, p.247) se referem aos “filhos de maio”, que existiriam por toda parte (“topa-se” com eles, assim de surpresa) ainda que eles próprios não o saibam. “A situação deles não é brilhante”, escrevem os autores; “não são jovens executivos. São bizarramente indiferentes e, no entanto, estão por dentro. Deixaram de ser exigentes, ou narcisistas, mas sabem muito bem que nada responde atualmente à sua subjetividade, à sua capacidade de energia”. Para Deleuze e Guattari, os “filhos de maio” sabem “que todas as reformas atuais, na verdade, vão

contra eles”, mas “decidiram tocar seus próprios negócios” e, apesar de tudo, “mantém uma abertura, um possível”.

Seria preciso perguntar por onde topamos com os filhos de junho de 2013, e em que medida poderiam ser descritos em termos semelhantes, em que medida em termos opostos, aos filhos de maio. Perguntar, sobretudo, que caminhos subterrâneos eles têm traçado, demasiado sutis para que os detectássemos, e sondar as suas próprias irrupções. É diante desse problema que uma abordagem negativa demais, desconfiada de toda significação, voltada antes de tudo à reserva do *não saber*, parece expor sua insuficiência, ainda que tenha sido estrategicamente importante, em um determinado momento. Ainda no texto sobre maio de 1968, Deleuze e Guattari (2016, p.247) deixam clara uma mensagem que talvez seja a mesma de *A Terra Treme*: “só há solução se for criativa”. Sem o que os autores chamam de “reconversões criativas” do acontecimento, a crise decorrente da sua não-absorção institucional permanecerá sem resolução. Se no Brasil de 2017 as instituições ainda parecem sofrer terremotos constantes, talvez seja porque, sob a superfície, forças vivas ainda se batem.

Referências

AVELAR, Idelber. The June 2013 uprisings and the waning of Lulismo in Brazil. In: **Luso-Brasilian Review**, 54:1, 2017.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. SINGER, André et al. São Paulo: Boitempo, 2016.

CAVA, Bruno. O 18 de Brumário brasileiro. In: CAVA, Bruno; PEREIRA, Maurício (Orgs.). **A Terra Treme: Leituras do Brasil de 2013 a 2016**. São Paulo: Annablume, 2016.

CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. SINGER, André et al. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. Maio de 68 não ocorreu. In: DELEUZE, Gilles. **Dois Regimes de Loucos**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DERRIDA, Jacques. **Force de Loi**: Le “fondement mystique de l’autorité”. Paris: Galilée, 2005.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. SINGER, André et al. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHAVELZON, Salvador. A chegada do Temer: Radicalização conservadora e fim de ciclo. In: CAVA, Bruno; PEREIRA, Maurício (Orgs.). **A Terra Treme**: Leituras do Brasil de 2013 a 2016. São Paulo: Annablume, 2016.

SINGER, André. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. SINGER, André et al. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

UNIVERSIDADE NÔMADE. Quando a trama da terra treme. In: CAVA, Bruno; PEREIRA, Maurício (Orgs.). **A Terra Treme**: Leituras do Brasil de 2013 a 2016. São Paulo: Annablume, 2016.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; MORETTO, Márcio. Uma sociedade polarizada? In: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. SINGER, André et al. São Paulo: Boitempo, 2016.

PINTO NETO, Moysés. Juventude em Chamas: Pessimismo, organização e utopia. In: **Revista Lugar Comum, nº 45 – 2015.2**. p.117-137. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/145097704700Juventude%20em%20chamas;%20pessimismo,%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20utopia%20-%20Moys%C3%A9s%20Pinto%20Neto.pdf>. Acessado em 5 de abril de 2016.